



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.053, DE 2024**

**(Do Sr. Bacelar)**

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar hediondos os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1851/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**  
(Do Sr. BACELAR)

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar hediondos os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar hediondos os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
.....  
XIII – atentado à soberania (art. 359-I);  
XIV – atentado à integridade nacional (art. 359-J);  
XV – espionagem (art. 359-K);  
XVI – abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L);  
XVII – golpe de estado (art. 359-M);  
XVIII – interrupção do processo eleitoral (art. 359-N);  
XIX – violência política (art. 359-P);  
XX – sabotagem (art. 359-R).  
.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar hediondos os crimes contra o estado democrático de direito.

A inclusão desses crimes no rol dos crimes hediondos responde à necessidade de preservar os pilares fundamentais que sustentam a República Federativa do Brasil. Afinal, tais condutas representam não apenas ataques diretos ao Estado, mas também ameaçam o próprio funcionamento da democracia, os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos e a legitimidade das instituições democráticas.

Os crimes contra o Estado Democrático de Direito são de extrema gravidade, pois afetam diretamente os alicerces de uma sociedade livre e organizada. Atos que visam subverter ou enfraquecer as instituições democráticas comprometem a confiança pública nos mecanismos de representação e justiça. Quando essas estruturas são atacadas, os direitos e liberdades individuais também estão sob ameaça, pois é através do Estado Democrático que se garante a proteção legal e a pluralidade de ideias. A impunidade ou a negligência em relação a esses crimes pode desencadear um ciclo de instabilidade, permitindo que grupos ou indivíduos que não respeitam os princípios democráticos avancem com suas agendas, comprometendo a ordem social e a segurança coletiva.

A resposta a esses crimes exige, portanto, uma vigilância contínua e a aplicação rigorosa da lei, com punições proporcionais à ameaça que representam. O objetivo do projeto, portanto, é exatamente este: desestimular e punir com mais rigor aqueles que atentam contra o Estado Democrático de Direito, inserindo tais delitos no rol dos crimes hediondos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

Deputado BACELAR





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.072, DE 25 DE  
JULHO DE 1990**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8072-25julho-1990-372192-norma-pl.html>

**FIM DO DOCUMENTO**